

# A FRASE COMO UNIDADE DE DISCURSO. (N)AS TEORIZAÇÕES DE ÉMILE BENVENISTE

Cármem Agustini  
UFU

Flávia Santos da Silva\*

**Resumo:** *No presente artigo, discutimos a noção de frase nas teorizações de Émile Benveniste relativas à conversão da língua em discurso, a fim de compreender e explicitar o porquê de a frase ser considerada por ele unidade de discurso. Para tanto, mobilizamos, em particular, da Linguística Geral Benvenistiana, as teorizações que apresentam a frase como unidade de discurso e que, por isso, demandam a necessidade de considerá-la em seu acontecimento evanescente; não é possível (de)limitar seu sentido, porque o sentido é relacional; mas é possível jogar com possibilidades de emprego e ação. O conceito de frase mostra-se, por conseguinte, fundamental aos procedimentos de análise semântica presentes na obra de Émile Benveniste. Para discutir o porquê de a frase ser unidade de discurso, mobilizamos os conceitos de segmentação, distribuição, integração e conexão em suas potencialidades explanatórias do alçamento das entidades em unidades linguísticas.*

**Abstract:** *In this paper, we discuss the notion of sentence in Émile Benveniste's theories related to the conversion of the language into discourse in order to understand and explain why the sentence is taken as a unit. We use Benveniste's studies which present the sentence as a discourse unit. Such studies show the necessity to consider the sentence as an evanescent happening. This is so because it is not possible to determine its meaning once it is relational. What is possible to do is to play with possibilities of use and action. Consequently, the concept of sentence is essential to the procedures of semantic analysis in the research carried out by Émile Benveniste. To discuss why the sentence is considered to be a discourse unit, the concepts of segmentation, distribution, integration and connection in their explanatory potential of the uprising of linguistic entities are*

*taken into account.*

Le *sens* est en effet la condition fondamentale que doit remplir toute unité de tout niveau pour obtenir statut linguistique. (BENVENISTE, PLG I, p.122)

## **Introdução**

Na Linguística, o conceito de frase pode assumir diferentes definições, segundo a orientação teórica adotada. É conceituada por alguns como uma abstração forjada para exemplificar questões linguísticas, assim como pode ser considerada por outros como uma unidade linguística inferior ao texto e ao discurso. Para ter ciência dessas diferentes definições, é suficiente consultar um dicionário de linguística. O termo “frase” pode, ainda, mostrar-se tão trivial que, muitas vezes, não é reconhecida a necessidade de defini-lo e o termo é utilizado de modo a pressupor como consensual sua conceituação e, por isso, resvala-se na falta de rigor teórico, permanecendo sob a égide do senso comum e, conseqüentemente, de uma vagueza teórica.

Com efeito, trata-se, na verdade, de um termo de difícil definição, quando pensado para além de uma teorização específica. De acordo com Saussure (1964 [1916], p.23) “c'est le point de vue qui crée l'objet”<sup>1</sup>; por isso, para definir o que seja frase é necessário estabelecer um ponto de vista e o ponto de vista de Benveniste é o da presença do homem na linguagem e na língua. Por isso, Benveniste intenta compreender o funcionamento do processo de conversão da língua-sistema em língua-discurso, uma vez que esse processo introduz aquele por meio do qual e em quem a manifestação de linguagem acontece naquilo que diz ao (se) enunciar. Quais são as implicações dessa condição na conceituação da frase no pensamento benvenistiano? Eis o fio condutor de nossa argumentação na presente demonstração da frase como unidade de discurso.

De pronto e de início, é possível dizer que, nas teorizações de Émile Benveniste, o conceito “frase” ganha, além de uma definição específica nas redes conceituais de seu pensamento, um lugar privilegiado e um valor fundamental, uma vez que se constitui como unidade de discurso. A condição de fundamento da frase justifica a importância em abordá-la no processo de compreensão do pensamento

de Émile Benveniste. A assunção da frase à unidade de discurso abre (outros) caminhos de como concebê-la e, assim sendo, de como compreendê-la. Há um mo(vi)mento em Benveniste de questionar a evidência sobre o que seja a frase e sua condição nada trivial no funcionamento da linguagem.

Ao considerar a frase como unidade de discurso, a semântica de Émile Benveniste submete-se à compreensão do que seja a frase em função do texto e do discurso, por exemplo. De saída, Benveniste coloca que a frase, por conexão, liga-se a outra(s) para (con)figurar o(s) discurso(s) que pode(m) estar subjacente(s) ao texto. A conexão é a operação semântica que coloca uma frase em relação a outra(s) na conversão da língua-sistema em língua-discurso no ato de enunciação, seja esta falada ou escrita. Por isso, se um texto constitui um amontoado de frase(s), esse amontoado não implica que a(s) frase(s) que o compõe(m) esteja(m) em desordem, ou produza(m) incoerência e/ou possa(m) ser isolada(s) da situação discursiva que a(s) evoca(m) sem que esse isolamento não afete a própria constituição do texto e do discurso, em sua consistência significativa.

Para dirimir essa compreensão sobre o texto e o(s) discurso(s) que ele pode veicular, analisamos o miniconto **Hora do recreio** de Luiz Brigadeiro, disponibilizado no *site Recanto das Letras*. Essa análise explora o jogo entre forma e sentido, assim como o emprego da forma e o uso da língua, a fim de compreender e explicitar o funcionamento da frase na textualização de (dis)curso(s). Os níveis da análise linguística permitem colocar em relevo a inexistência do sentido, uma vez que a segmentação das entidades linguísticas em unidade é função do locutor, o que abre o texto, em sua condição de discurso, à equívocidade constitutiva.

Por isso, embora as manifestações do sentido possam parecer fugidias, livres e imprevisíveis, elas estão submetidas às coerções da língua em sua dupla função na linguagem: (1) a função de significar, relativa ao modo semiótico e (2) a função de comunicar, relativa ao modo semântico. Do ponto de vista de Émile Benveniste, é assim que se torna possível produzir uma análise científica do sentido, como demonstraremos na sequência.

## 1. Os planos semiótico e semântico na compreensão da frase

De acordo com Benveniste, a língua possui dois planos, o plano

semiótico e o plano semântico, organizados em quatro níveis: (1) o merismático, (2) o fonemático, (3) o intermediário e (4) o categoremático. O nível merismático é o dos caracteres distintivos dos fonemas, estando implicados nele certos traços distintivos. Os traços bilabial, gutural, surdo e sonoro, por exemplo. O nível fonemático refere-se ao modo de organização dos signos diferenciando-se entre si por meio das relações paradigmáticas. O nível intermediário é aquele em que o signo, do paradigma, funciona no sintagma, contraindo as propriedades de palavra. Havendo sintagma, a língua é manifestada no nível categoremático, cuja expressão por excelência é a frase. Por esse motivo, Benveniste afirma que, com a frase, a língua atravessa um limite:

Ce qui est nouveau ici, tout d'abord, est le critère dont relève ce type d'énoncé. Nous pouvons segmenter la phrase, nous ne pouvons pas l'employer à intégrer. Il n'y a pas de fonction propositionnelle qu'une proposition puisse remplir. Une phrase ne peut donc pas servir d'intégrant à un autre type d'unité. Cela tient avant tout au caractère distinctif entre tout, inhérent à la phrase, d'être un prédicat. (BENVENISTE, 1966, p.128)<sup>2</sup>

Para compreender o atravessamento desse limite pela língua, é necessário problematizar os conceitos de integração, função proposicional e predicado, que estão presentes nas teorizações de Benveniste. Esses conceitos estão em função de explorar esse atravessamento de modo a teorizá-lo no alçamento da frase à unidade de discurso. Dito de outro modo, esses conceitos funcionam na tessitura teórica da formulação do que é o semiótico e o semântico e do que é a unidade linguística em cada plano.

É necessário, de antemão, explicitar que esses planos funcionam juntos no exercício da linguagem; por isso, não há passagem de um plano para outro, no sentido de que, ao entrar em um plano, o outro não estaria ali operando sobre o funcionamento da língua. Nesse sentido, Benveniste não busca destituir a complexidade e o paradoxo do funcionamento da língua na linguagem posta em ação, na (re)produção de discurso. Ao contrário, seu interesse é trabalhar esse funcionamento paradoxal, de modo a explicitar a função do homem no

processo de conversão da língua-sistema em língua-discurso.

Em francês, “intégrer” pode ter tanto o sentido de enxertar em um conjunto como o de inseri-lo em um todo de modo a pertencer solidariamente com os outros elementos: “placer quelque chose dans un ensemble de telle sorte qu'il semble lui appartenir, qu'il soit en harmonie avec les autres éléments”<sup>3</sup>. E é justamente essa definição de que se serve Benveniste para explanar a integração: os elementos do nível merismático integram o nível fonemático que integram o intermediário até chegar ao categoremático de maneira a formar *língua*, por isso, a relação é solidária. Por exemplo, no nível merismático, a guturalidade surda de “g” integra “gato” de modo a diferenciá-lo da guturalidade sonora do “c” em “cato”.

No nível fonemático, “gato” e “cato” coexistem de modo a fornecerem possibilidades de associações ao locutor. Enquanto integrantes do eixo paradigmático, essas unidades são constituintes do nível intermediário, nessa conversão de signo a palavra: “conheço/[cato/gato]/eu/um”. Quando (n)o locutor (se) faz as suas associações, fazendo com que “cato” não se relacione a “catar”, mas a “povo da Alemanha”, ele poderia sintagmatizá-lo na frase “eu conheço um cato”, de modo a fazer com que seu significado genérico tome um emprego específico, inclusive podendo relacioná-lo a “eu conheço um gato”, se o emprego de “gato” estiver para “homem bonito”, o cato. Deste modo, “cato” integra esse sintagma, tornando-se um elemento solidário ao todo. Solidário, portanto, significa que um termo está em função do(s) outro(s), estabelecendo entre eles uma relação de interdependência e de (de)limitação recíproca.

É a partir desse tipo de raciocínio que Émile Benveniste emprega o conceito de “fonction propositionnelle”<sup>4</sup>: no nível categoremático, a palavra toma uma função na frase. Por conseguinte, “fonction” deveria ser tomada no sentido de “rôle joué par un élément dans un ensemble”<sup>5</sup>, isto é, a função é um papel que um elemento preenche em jogo. Na língua, esse jogo é frase, que, pautada no eixo paradigmático, oferece uma indefinida gama de relações. Dependendo da maneira como se articula a palavra nessa rede de associações, ela vai tomar funções proposicionais diferentes. Assim, “função” não implica meramente uma finalidade ou uma categoria gramatical fixa, mas relação e dependência solidária entre os elementos linguísticos. Nesse sentido, vale ressaltar que não há nada na frase que lhe seja acessório,

uma vez que estes estão em função da ideia que a frase pode veicular na situação discursiva que a evoca.

Conseqüentemente, a frase é um predicado porque ela diz ou pode dizer algo (de algo ou alguém). Em nota<sup>6</sup>, Benveniste explana que sua definição de “prédicat” deriva do termo grego “katégoréma”, o qual equivale a “praedicatum” em latim. “Praedicatum” é o particípio passivo de “praedico”, cujas definições dicionarizadas podem revelar sentidos interessantes para a compreensão do modo como o termo pode ser conceituado em Benveniste:

Dizer em alto e em bom som, dizer na cara, perante testemunhas, publicamente; dizer, falar. *Audes mihi praedicare id?* Ter. Pois tu atreves-te a me dizer isto? *Quod mihi praedicas vitium.* Plaut. O defeito que me imputas. *Ita praedicant.* Ter. Assim corre, assim dizem. *Utrumne taceam, an praedecem?* Ter. Devo calar-me ou falar? (SARAIVA, 2006, p.929)

Nesse verbete, o emprego de “dizer” que Terêncio faz de “praedico” nas frases corresponde aos sentidos que Saraiva dicionariza. Entretanto, o exemplo de Plauto foge a isso: em “*Quod mihi praedicas vitium*”, “praedicas” atribui uma propriedade, “vitium”, a “mihi”, por isso a tradução: “O defeito que me imputas”. Assim, o dativo expresso por “mihi” não seria meramente o “objeto indireto”, como geralmente tenta-se explicar esse caso, mas o caso que denota o “beneficiário”, isto é, aquele que recebe os efeitos de uma ação. No caso dessa frase, o “ego” recebe o efeito, “vitium”, do “tu” que “praedicas” sobre ele, por isso, “mihi”.

Embora Saraiva não tivesse explicitado esse emprego, é possível observar por esse exemplo que os romanos também faziam uso de “praedico” de modo a conferir-lhe o sentido de “dizer algo de alguém”, isto é, atribuir propriedades dizendo. E é justamente esse sentido que “praedicatum” toma em Benveniste. Compreendamos essa questão a partir das três consequências que esse autor enumera no que diz respeito ao fato de a frase ser um predicado: (1) o sujeito gramatical não é necessário, (2) a sintaxe é um código gramatical e (3) a entonação é subjetiva:

De même la présence d'un "sujet" auprès d'un prédicat n'est pas indispensable: le terme prédicatif de la proposition se suffit à lui-même puisqu'il est en réalité le déterminant du "sujet". La "syntaxe" de la proposition n'est que le code grammatical qui en organise l'arrangement. Les variétés d'intonation n'ont pas valeur universelle et restent d'appréciation subjective. Seul le caractère prédicatif de la proposition peut donc valoir comme critère. (BENVENISTE, 1966, p.128)<sup>7</sup>

A frase tem um termo predicativo, isto é, seu fim último é predicar, atribuindo propriedades ao dizer, o que não implica a necessidade de haver um sujeito gramatical nela. É nesse ponto que a noção de "praedicatum" vai ao encontro da noção de "prédicat" em Benveniste: predicar não implica necessariamente ocupar o lugar de predicado gramatical em uma frase, mas simplesmente *dizer*, no sentido de "praedico" do termo. É por isso que a sintaxe seria apenas o código gramatical que organiza o arranjo da frase.

Esse "apenas" não viria pejorativamente – já que o próprio Benveniste fez estudos muito pesados em sintaxe - mas de modo a mostrar que a frase não se resume a seu arranjo, que é forma: ela também veicula sentido(s) – isso possibilita, inclusive, que a frase seja constituída de uma única palavra<sup>8</sup>. Por isso, predicar é dizer por meio desse arranjo, que pode dar-se por um conjunto de palavras, mesmo que esse conjunto seja unitário, (com)portando, por conseguinte, apenas uma palavra. Essa palavra, por sua vez, para se constituir como frase, deve assumir a condição de sintagma. Um exemplo de sintagma de termo unitário é encontrado nas placas com o dizer "Silêncio!" colocadas nas salas de espera de hospitais.

Dizer, poderíamos observar, não só no sentido de "dizer em alto e em bom som" de "praedico", dado que a entonação está para a apreciação subjetiva, mas no sentido de "atribuir propriedades dizendo", já que é o caráter predicativo da frase que vale como critério de análise. Isso porque a entonação está para a substancialização da língua, que, justamente por ser substância, não pode ser tida como *lingüística*; o linguístico é de natureza psíquica e não de natureza física. A natureza física restringe-se ao suporte da língua nas manifestações da linguagem. Conforme Saussure,

Ainsi, si nous prenons le côté matériel, la suite de sons, elle ne sera linguistique que si elle est considérée comme le support matériel de l'idée; mais envisagé en lui-même, le côté matériel, c'est une matière qui n'est pas linguistique, matière qui peut seulement concerner l'étude de la parole, si l'enveloppe du mot nous représente une matière qui n'est pas linguistique. Une langue inconnue n'est pas linguistique pour nous. A ce point de vue-là, on peut dire que le mot matériel, c'est une abstraction au point de vue linguistique. Comme objet concret, il ne fait pas partie de la linguistique. (SAUSSURE In: ENGLER, 1989, p.232)<sup>9</sup>

A substancialização da língua, considerada por ela mesma, é apenas uma cadeia de sons que torna o signo material. Por isso, na Linguística, ela é pura abstração: os sons, não sendo o suporte de um conceito, não podem ser considerados signos; o mesmo se dá com a frase: sendo ela apenas uma sequência de sons sintagmatizados que partem da boca de um locutor e chegam à orelha de um interlocutor, por mais diferentes que sejam as flexões de voz, não pode ser tida como linguística. Portanto, escapa ao domínio de estudo da Linguística, o que não implica que não possa ser estudado por outra ciência e contribuir com os estudos em Linguística. Por isso, a entonação permaneceria como apreciação subjetiva, na qual o termo “subjetivo” estaria para “abstrato”, e não no sentido benvenistiano do termo “simbólico”.

Com base no exposto, compreendemos que, na frase, a língua atravessa um limite devido à predicação: esta faz com que haja a passagem da língua-sistema à língua-discurso<sup>10</sup>. Dado a isso, voltemos ao nosso exemplo: o interlocutor pode não compreender “eu conheço um gato” se o emprego de “gato” enquanto “povo da Alemanha” não pertencer às suas redes de relações associativas. Se não o faz, “eu conheço um gato” não irá se constituir *linguisticamente* para o interlocutor; essa possibilidade faz com que a frase não seja uma unidade de língua, mas uma unidade de discurso, no sentido em que o interlocutor saberia que ela “diz algo”, mas o que ela diz não lhe estaria acessível. Façamos a tessitura dos desdobramentos dessas colocações teóricas no próximo tópico.



## 2. A intersubjetividade na compreensão da frase

Na semântica benvenistianiana, a relação entre forma e sentido é inalienável e, por isso, imanente, o que significa dizer que não há unidade de *status* linguístico sem a relação entre elas. São noções gêmeas e, por isso, têm a mesma natureza psíquica e se formam juntas na língua-sistema e, em decorrência, estão presentes na língua-discurso como entidade imantada que garante a permanência da língua em funcionamento na estrutura linguística; forma e sentido estão um em função do outro, ou seja, não há forma sem sentido e não há sentido sem forma; é no exercício da linguagem que forma e sentido se produzem, se deslocam, se modificam; mas também se estabilizam e se mantêm em relação. E é justamente na imanência entre forma e sentido que está calcada a subjetividade e, portanto, a noção de frase de Benveniste:

La phrase est une unité, en ce qu'elle est un segment de discours, et non en tant qu'elle pourrait être distinctive par rapport à d'autres unités de même niveau, ce qu'elle n'est pas, comme on l'a vu. Mais c'est une unité complète, qui porte à la fois sens e référence (BENVENISTE, 1966, p.130)<sup>11</sup>.

O discurso é a expressão do emprego da língua, é aquilo que surge como efeito do fato de os homens se comunicarem, embora essa “comunicação” não implique nem simetria nem igualdade no processo de referenciação entre locutor e interlocutor. Assim, a frase é uma unidade de discurso não no sentido de que ela entra em relação de distinção com outras frases – a língua não possui frases prontas no sistema, uma vez que se organiza em paradigma –, mas na medida em que é um segmento da atualização da língua-sistema em língua-discurso. Por esse motivo, a frase possui referência, que, sendo a situação de discurso que a evoca, sempre se esvai. Entretanto, há um resto que sobra, o sentido, que se torna inteligível.

Por ser inteligível, esse resto se dá em razão do critério predicativo, o que produz três tipos de frase: a proposição assertiva, a proposição imperativa e a proposição interrogativa. Poder-se-ia questionar que é a entonação que as diferencia. Entretanto, para Benveniste, é a predicação que o faz justamente porque faculta o manejo de três funções inter-humanas: a função de veicular um conhecimento na

asserção, a função de obter uma informação na interrogação e a função de intimar uma ordem no modo imperativo. O que distingue uma proposição de outra são as funções discursivas que se dão entre os homens na intersubjetividade, e não meramente uma inflexão de voz. O simbólico tem preponderância com relação à substancialização da língua.

De modo resumido, poderíamos dizer que a frase é uma unidade de discurso porque ela é uma porção do processo de semantização da língua; por isso, a frase não é passível de decomposição. Quando o locutor organiza os signos que estão impressos virtualmente em sua mente em sintagmas, de modo a produzir frases conexas entre si, a língua-sistema, que herdou dos outros homens em sua experiência de linguagem, converte-se em língua-discurso, cuja expressão por excelência é a frase. Por isso, a frase apresenta um funcionamento particular: ela permite que o modo semiótico se articule ao modo semântico de maneira a produzir significância, o que habilita o *diálogo* entre os participantes da *relação discursiva*.

Consequentemente, a noção de unidade discursiva em Benveniste implica necessariamente a noção de intersubjetividade, uma vez que está em função dos participantes da *relação discursiva*. Para que haja correferenciação entre os participantes da relação discursiva, é necessário que a intersubjetividade esteja em operação e funcionamento. Ao possibilitá-la, a frase se torna um tipo de enunciado<sup>12</sup> que vem em função de organizar ideia(s), uma vez que a ideia é o sentido possível da frase em uma situação de discurso que a evoca; a noção de “situação” pressupõe necessariamente a instância de, ao menos, dois homens em atividade de diálogo<sup>13</sup>. Em decorrência, se há o tipo de enunciado que organiza ideias, a frase, também há a contraparte, aquele tipo de enunciado que não o faz. Se alguém emite “palavras soltas” de tal modo que elas não entram em conexão para formar uma ideia na situação de discurso que a(s) evoca(m), então é possível conceber que há enunciado que não se constitua como frase.

Nesse caso, esse enunciado também não se constituiria como discurso, porque não (con)figuraria um dizer organizado e articulável à série da realidade (social). Se levamos a sério que o sentido é relacional ao *eu-tu-ele-aqui-agora* da enunciação, há a possibilidade de que o enunciado não se constitua como frase-discurso para o interlocutor; condição em que o enunciado lhe chegaria como mera

falação, ou seja, como uma espécie de “barulho” que não diz, barrando a possibilidade de o interlocutor correferir-se ao locutor e de, assim acontecendo, poder assumir a condição de co-locutor daquilo que o locutor (se) diz ao enunciar. Portanto, para que o enunciado se constitua como frase-discurso é necessário que ele, na relação com os participantes da interlocução, faça sentido.

A frase, portanto, é um tipo de enunciado que não pode integrar outro tipo de unidade, porque ela é o último nível passível de ser segmentado em unidades linguísticas. Um conjunto de frases conexas não é segmentável em unidades linguísticas, porque o sentido da frase é sua ideia e essa ideia está em função do *eu-tu-ele-aqui-agora* de sua enunciação<sup>14</sup>. Nesse sentido, a frase não pode constituir-se como unidade linguística, porque ela é evanescente ao seu acontecimento. Nessa perspectiva, o texto e o discurso não são níveis. O discurso é efeito e, por isso, evanescente e relacional ao *eu-tu-ele-aqui-agora* da enunciação.

Já o texto pode ser compreendido como um resto “morto” de enunciação; aquilo que resta materialmente falando da condição evanescente da frase e do discurso e que, por isso, permanece, em latência, para que outro homem, em lugar de interlocutor, possa revivê-lo e, assim se dando, re-construí-lo discursivamente. Nesse sentido, o texto precisa de um interlocutor que o leia e que, ao lê-lo, alce-o à condição de discurso, re-significando-o. Trata-se, nessa perspectiva, de uma outra *relação discursiva*, o que implica uma nova enunciação e a possibilidade de re-produção de (outros) sentidos.

Na direção dessa compreensão do pensamento de Émile Benveniste, podemos citá-lo em seu texto “La phrase nominale<sup>15</sup>”, de 1950, presente no PLG1, de 1966. Nesse texto, o autor afirma que “un énoncé assertif fini possède au moins deux caractères formels indépendants: 1) il est produit entre deux pauses; 2) il a une intonation spécifique<sup>16</sup>” (BENVENISTE, 1966, p.154). Continua ele:

Une assertion finie, du fait même qu'elle est assertion, implique référence de l'énoncé à un ordre différent, qui est l'ordre de la réalité. A la relation grammaticale qui unit les membres de l'énoncé s'ajoute implicitement un “*cela est!*” qui relie l'agencement linguistique au système de la réalité<sup>17</sup>. (BENVENISTE, 1966, p.154)

É na relação, portanto, entre o agenciamento linguístico da frase e a situação discursiva que a evoca que a referência se constrói e ela pode, então, representar o mundo por meio da função simbólica da linguagem. É observável, ainda, que “enunciado”, nesse mo(vi)mento teórico, refere-se a dizer e dizer de tal modo que re-produz o mundo, re-construindo uma realidade imaginária.

É por esse motivo que “nihil est in lingua quod non prius fuerit in oratione<sup>18</sup>”. Por meio da frase, o locutor tem acesso a um número finito de elementos semióticos empregados, os quais, semantizados, fazem *acontecer* uma infinidade de sentidos no discurso. Isso permite que a língua se forme e se (con)figure pela atualização que se dá por meio do *diálogo*. A frase, portanto, patenteia a sua natureza primordial, a de ser uma unidade - porque é forma e (con)figura - de discurso - porque acontece na intersubjetividade.

### 3. A frase no texto e sua assunção a discurso

A frase no texto é a parte do enunciado que permanece disponível para que um falante, no lugar de interlocutor (*tu*), possa ascendê-la à condição de frase no processo de leitura e, assim, poder (con)figurar-se como co-locutor; nesse mo(vi)mento, a frase é compreendida como unidade de discurso, porque toma lugar no processo de (re)enunciação do texto. Discurso, em Benveniste, é o efeito do processo relacional que instaura a língua-sistema como instrumento da comunicação<sup>19</sup> em uma relação de intersubjetividade específica na língua-discurso. Por isso, há um desencaixe constitutivo entre o que o locutor *reproduz* e o que o interlocutor *recria* por meio da linguagem em ação.

A análise do miniconto **Hora do recreio** de Luiz Brigadeiro, abaixo, pode clarificar nossa problematização da frase como unidade de discurso na perspectiva benvenistiana. No entanto, é necessário, antes, fazer uma ressalva sobre o fato de o texto constituir-se como parte do espaço literário. Trata-se de um texto em prosa e, por isso, seu funcionamento aproxima-se do funcionamento da linguagem ordinária, de modo que sua análise não implica uma desconfiguração do pensamento de Benveniste sobre o funcionamento da linguagem em ação, ou seja, sobre o funcionamento do discurso (BENVENISTE, 1966 [1958], p.258).

Nesse caso, o *eu-tu-ele-aqui-agora* da enunciação reporta-se a uma

construção que não traduz propriamente uma realidade social<sup>20</sup>; sua referência é a emoção que o conto intenta *re-criar* no interlocutor que o leia. Em Benveniste, a *re-criação* está para o interlocutor; este cria sua interpretação a partir da relação que se instaura, no processo de leitura, entre o texto e sua experiência de linguagem, na situação de discurso que esse processo coloca em funcionamento.

A relação de integração refere-se à articulação de uma unidade a outra a fim de constituir outra unidade de nível superior. Na integração, há relação de interdependência e de hierarquização; a relação de interdependência preconiza que um elemento é em função do outro e a relação de hierarquização pressupõe a existência de elemento determinante e de elemento determinado. A relação específica para promover o conjunto das frases à condição de texto é a conexão. A conexão, por sua vez, implica uma relação de (de)limitação e de direcionamento. A (de)limitação refere-se às possibilidades de encadeamento das frases e o direcionamento é a operação que intenta “amarrar” as possibilidades de sentido(s). Para emprendermos a análise do miniconto, jogaremos com essas relações e com a intersubjetividade instaurada no mo(vi)mento de confiança do eu lírico.

Hora do recreio

(1) Lá vinha ela. Sempre com fita no cabelo e lancheira de lado.

Hoje tomei coragem, cheguei mais perto e disse:

\_\_ Oi, vamos brincar?

\_\_ Brincar de quê?

Por timidez fiquei mudo.

(2) Eu queria apenas brincar de dar as mãos pra ela.

(Luiz Brigadeiro. Publicado no Recanto das Letras em 19/06/2008)

Em “Lá vinha ela”, no nível fonemático, “vinha” integra-se à frase de modo a diferenciar-se de “tinha”, “minha”, “linha”, entre outros. No nível intermediário, essa integração é acirrada, uma vez que o signo “vinha” pode relacionar-se equivocadamente tanto ao sentido de “terreno de videiras” quanto ao de “encaminhar-se a um lugar” no modo semântico. O agenciamento da frase, entretanto, seleciona essas possibilidades, permitindo encaixar o segundo sentido, em detrimento

do primeiro, dentre outros possíveis.

O sentido de “terreno de videiras”, no entanto, pode não ser acionado nas relações associativas, uma vez que a língua está no homem de modo parcelar e, por isso, os sentidos também, embora o manejo da língua a afete em seu todo. A relação com “lá” e “ela”, em certo sentido, (de)limitam-na em uma relação de solidariedade recíproca, asseverando o abandono da interpretação de “vinha” como “terreno de videiras”. Nesse caso, os participantes podem não ser tocados por essa equivocidade e um efeito de evidência do sentido pode se dar.

Por conseguinte, no nível categoremático, os signos se organizam de maneira solidária. Assim, a frase não pode ser concebida como um somatório destes. Merismaticamente, em “ela”, o caráter de ser uma vogal central baixa de “a” faz diferenciá-la da anterioridade média de “e”, em “ele”, o que, no nível categoremático, leva ao efeito de sentido de que o eu lírico observa a vinda de um indivíduo que ele considera como “feminino”, não sendo possível, apenas com essa frase, esboçar o quadro daquilo que constitui esse indivíduo enquanto sujeito. Por ora, só sabemos que esse indivíduo se desloca, “lá”, de um lugar já da realidade do discurso a outro, também dessa realidade, em que se encontra o eu lírico.

Graças à consecução de frases, é possível em “Sempre com fita no cabelo e lancheira de lado” começar a desenhar (uma) instância(s) discursiva(s) para esse “feminino”. A função proposicional de cada uma das palavras que a compõem é de essencial importância para esse desenho. Junto ao verbo do período anterior, “sempre” confere a “vir” uma constância, um hábito que não caracteriza propriamente o “ela”, mas a maneira como o eu lírico vê esse “ela”.

“Com fita no cabelo” e “[com] lancheira de lado” conferem a “ela” caracteres que fazem-na sair do lugar do ordinário, da massa de pessoas indistinguíveis, destacando-se ante os olhos do eu lírico. Conseqüentemente, três sintagmas, “sempre”, “com fita no cabelo” e “[com] lancheira de lado”, desempenhando a função tida como de adjunto adverbial, não podem ser meramente termos acessórios e, por isso, dispensáveis, como preconizado pela Gramática Normativa da Língua Portuguesa. É justamente esses adjuntos que permitem esboçar um desenho não de “ordinariedade”, mas de “especialidade”, daquilo que é especial, do “ela” em relação ao “eu”.

Em que consiste essa “especialidade” se dá no enunciado que se sequencia: “Hoje tomei coragem, cheguei mais perto e disse”. Esse enunciado é composto de três frases que se organizam por coordenação. Como a frase é um predicado, na conexão dessa coordenação é possível entrever como o “ela” passa a tomar outro lugar na realidade discursiva. “Hoje tomei coragem” atribui propriedades de modo a fazer compreender, dentre outras possibilidades, de que “ela” constitui uma dificuldade que exige um enfrentamento por parte do “eu”. Tomando coragem, ele enfrenta a situação e chega mais perto, predicando uma diminuição da distância que o “lá” da primeira frase do texto poderia permitir pressupor.

Desta feita, a coordenação de “e disse” se torna o clímax da narrativa confessional do eu lírico, uma vez que (trans)forma<sup>21</sup> o “ela”, a não-pessoa do discurso, em “tu”, a pessoa a quem o “eu” se dirige, apesar de toda a dificuldade, para se constituir, desvendando a “especialidade” que esse “tu” representa para o “eu”. Nesse (des)velar, a frase “Oi, vamos brincar?” (con)figura-se como um convite. Esse convite é marcado por uma equivocidade que o “tu”, em certo sentido, explicita em sua interrogação: “Brincar de quê?” O auge da inocência do “eu-tu” em relação ao intentado do eu lírico. A essa questão, o leitor, em lugar de interlocutor do texto, poderia propor diversas respostas, como “brincar de amor, brincar de médico, brincar de escolinha”, ou seja, brincar em seus diferentes sentidos; com mais ou com menos malícia.

Essa equivocidade, por conseguinte, permite ler o texto de diferentes modos e, assim se dando, alçá-lo a discursos diferentes: no discurso infantil, um convite para brincar; no discurso erótico, um convite para “transar”; no discurso amoroso, um convite para namorar ou um convite para curtir um momento a dois, para “ficar” etc. Dessa forma, o interlocutor está imbuído de uma co-responsabilidade na interpretação em sua leitura do texto e essa interpretação é direcionada pelas relações associativas que a experiência de linguagem do interlocutor mo(vi)menta. Por isso, é possível deduzir a importância de tais relações no alçamento das entidades em unidades linguísticas.

O texto, por sua vez, sintetiza o que poderia ser a expressão de uma primeira experiência amorosa e, por isso, seleciona, no eixo paradigmático, a emoção titubeante da hora da primeira aproximação. A frase “Por timidez fiquei mudo” poderia, nesse mo(vi)mento, ser

lida como significando “receio de ser preterido ou rejeitado” pelo indivíduo “feminino”, objeto de desejo do eu lírico, ou como significando certo “pudor para dizer o que se intenta”. A conexão da frase ulterior “Eu queria apenas brincar de dar as mãos pra ela” (de)limita os sentidos possíveis e pode prolongar o caráter ingênuo da emoção que pode referenciar, a despeito de outras interpretações mais maliciosas que a ausência da última frase poderia manter em operação de acirramento.

Nesse sentido, a última frase do texto é fundamental para (de)limitar certa emoção que pode referenciar e, também, para intentar produzir um efeito de fechamento para o texto em certa direção de sentido: aquela da inocência pueril ante o primeiro amor. No entanto, é necessário considerar ainda que há sentidos metafóricos, inclusive para o sintagma “brincar de dar as mãos pra ela”, o que, na condição de discurso, abre o sentido na assunção da frase a unidade de discurso.

A conexão das frases em (1), por conseguinte, mantém a direcionalidade do(s) sentido(s) em certa equivocidade, enquanto (2) funciona como estofa para essa equivocidade, constituindo-se como “amarra” para um certo intentado de significação. Por isso, é possível dizer que o miniconto constitui-se como texto, produzindo, ao menos para uma parte dos falantes de Língua Portuguesa, o efeito de unidade de sentido, com consistência significativa, o que lhe imputa o efeito de que apresenta começo, meio e fim e, por isso, pode ser considerado um texto.

Na condição de discurso, por sua vez, o texto poderia referenciar emoções diversas e bem diferentes, tanto em relação ao eu lírico quanto em relação ao “ela”, ao “amor”, ao “desejo” dentre outros. O eu lírico pode, então, ser significado como romântico por uns leitores, assim como pode ser significado como otário por outros por ter perdido a oportunidade de uma investida amorosa. Nesse sentido, a frase é evanescente, inclusive, porque pode significar diferentemente para um “mesmo” leitor em diferentes situações de discurso.

## **Conclusão**

Com o presente artigo, intentamos demonstrar o porquê de a frase ser compreendida como unidade de discurso por Émile Benveniste, sendo, por isso, marcada pelo aspecto evanescente da enunciação na qual (con)figura-se. Nas teorizações de Émile Benveniste, a frase



também pode ser compreendida como tipo de enunciado e, assim, teríamos, por exemplo, frase nominal e frase relativa. O conceito de frase em relação à linguagem em funcionamento no discurso ganha contornos específicos e significativos, constituindo-se como unidade de discurso. Assim, a frase torna-se um tipo de enunciado, cuja premissa básica é poder significar uma ideia. Para tanto, a frase não se restringe ao somatório de suas partes; a sua significação é de outra ordem; embora dependa de suas partes, ela as transpõe.

Nesse jogo, a conexão que se estabelece entre as frases pode ou não constituir-se como texto e assumir a condição de discurso. É possível, por conseguinte, conceber que texto, em sua função predicativa, é um modo de as frases, por conexão, tornarem-se aptas a (re)produzir sentido(s) de modo organizado e com consistência significativa. Ou seja, texto é um modo de ordenar frases, a fim de intentar conter o(s) sentido(s) que ali pode(m) ser (re)produzido(s) na relação com o interlocutor e sua experiência de linguagem. Assim sendo, a leitura do texto projeta uma interpretação que o alça a discurso; é nesse mo(vi)mento que o texto (re)produz sentido(s) na relação com o leitor e sua experiência de linguagem. Por isso, em Benveniste (1966 [1958] p.258), discurso é a linguagem posta em ação e, necessariamente, entre parceiros.

“Eu” e “tu” constituem-se, portanto, como lugares na língua para que os falantes possam endereçar-se a outro humano e, assim, estabelecer uma relação de interlocução na qual colocam-se como parceiros. *Parceiros* no sentido de que, enquanto pessoa, associam-se no exercício da linguagem posta em ação. Ou seja, no sentido latino do termo, *partarius*, aquele que tem parte nesse exercício, aquele que joga o jogo da linguagem e que, ao jogar esse jogo, emerge como *sujeito*. Por esse jogo ser relacional, a frase, em Benveniste, é uma unidade evanescente; ela é a relação única e discreta da enunciação. Por isso, irrepetível. O retorno a ela é sempre (re)construção de enunciação; é sempre mo(vi)mento singular. Eis a beleza suprema da linguagem humana!

### Referências bibliográficas

- BENVENISTE, E. (2002 [1966]). *Problèmes de linguistique générale*. Saint-Amand: Éditions Gallimard, v.1.  
 \_\_\_\_\_. (2002 [1974]). *Problèmes de linguistique générale*. Saint-

Amand: Éditions Gallimard, v. 2.

BRIGADEIRO, L. (2008). *Hora do recreio*. Disponível em:  
<<http://goo.gl/gQGEuQ>> Acesso em: 24 mar. 2015.

JEUGE-MAYNART, I. (2012). *Larousse: dictionnaires de français*.  
Paris: Éditions Larousse. Disponível em:  
<<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais>> Acesso em: 24 mar.  
2015.

SARAIVA, F. (2006). *Dicionário latino-português*. Rio de Janeiro:  
Livreria Garnier.

SAUSSURE, F. (1964). *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot.

\_\_\_\_\_. (1989). *Cours de linguistique générale*. Edição crítica par  
Rudolf Engler. Wiesbaden: Harrassowitz.

**Palavras-Chaves:** Émile Benveniste, Semântica, frase.

**Keywords:** Émile Benveniste, Semantics, sentence.

## Notas

---

\* Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da  
Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>1</sup> Essa tradução e todas as seguintes são nossas. “É o ponto de vista que cria o objeto”.

<sup>2</sup> “O que é novo aqui, primeiramente, é o critério de que releva esse tipo de enunciado.  
Podemos segmentar a frase, não podemos empregá-la para integrar. Não há função  
proposicional que uma proposição possa preencher. Uma frase não pode, então, servir  
de integrante de outro tipo de unidade. Isso tem relação, sobretudo, ao caráter  
distintivo entre todos, inerente à frase, de ser um predicado.”

<sup>3</sup> INTÉGRER. In: JEUGE-MAYNART, 2012, não paginado: “colocar algo em um  
conjunto de tal modo que lhe parece pertencer, que esteja em harmonia com os outros  
elementos”.

<sup>4</sup> Cf. BENVENISTE, 1966, p.125.

<sup>5</sup> FONCTION. In: JEUGE-MAYNART, 2012, não paginado: “papel desempenhado  
por um elemento em um conjunto”.

<sup>6</sup> Cf. BENVENISTE, 1966, p.128.

<sup>7</sup> “Do mesmo modo, a presença de um ‘sujeito’ junto de um predicado não é  
indispensável: o termo predicativo da proposição basta por si mesmo, já que ele é, na  
verdade, o terminante do ‘sujeito’. A ‘sintaxe’ da proposição é apenas o código  
gramatical que organiza o seu arranjo. As variedades de entonação não têm valor  
universal e permanece como apreciação subjetiva”.

<sup>8</sup> Cf. BENVENISTE, 1966, p.128.

<sup>9</sup> “Assim, se tomamos o lado material, a sequência de sons, ela apenas será linguística  
se for considerada como suporte material da ideia; mas, tomado nele mesmo, o lado  
material, é uma matéria que não é linguística, matéria que pode somente concernir ao

estudo da fala, se o envelope da palavra nos apresenta uma matéria que não é linguística. Uma língua desconhecida não é linguística para nós. Sobre esse ponto de vista, podemos dizer que a palavra material é uma abstração do ponto de vista linguístico. Como objeto concreto, não faz parte da Linguística”.

<sup>10</sup> Cf. BENVENISTE, 1966, p.130.

<sup>11</sup> “A frase é uma unidade no que ela é um segmento de discurso, e não no que ela poderia ser distintiva com relação a outras unidades de mesmo nível, o que ela não é, como vimos. Mas é uma unidade completa, que porta, ao mesmo tempo, sentido e referência”.

<sup>12</sup> Cf. BENVENISTE, 1966, p.128. Enunciado na acepção de que algo foi emitido, declarado ou expresso; relativo ao particípio passado do verbo *enunciar*. Assim, enuncia-se algo de algo ou de alguém.

<sup>13</sup> Não há a necessidade de que esse diálogo se dê materialmente falando; ele pode se dar virtualmente. Um exemplo deste seria um homem lendo o texto de outro homem.

<sup>14</sup> Se isolamos uma frase do conjunto que a (com)porta, ela perde sua condição de frase e assume a condição de mera proposição. Ademais, a frase não pode exercer uma função proposicional.

<sup>15</sup> “A frase nominal”.

<sup>16</sup> “Um enunciado assertivo finito possui, ao menos, dois caracteres formais independentes: 1) ele é produzido entre duas pausas; 2) ele tem uma entonação específica”

<sup>17</sup> “Uma asserção finita, do fato mesmo que ela é asserção, implica referência do enunciado a uma ordem diferente, que é a ordem da realidade. À relação gramatical que une os membros do enunciado acresce-se implicitamente um “isso é!” que liga o agenciamento linguístico ao sistema da realidade”.

<sup>18</sup> BENVENISTE, 1964, p.131: “nada está na língua que não estivesse anteriormente no discurso”.

<sup>19</sup> Em Benveniste (1974 [1968] p.97), a língua é o instrumento da comunicação, porque é ela que torna a comunicação possível, ou seja, passível de acontecer; ela é o fundamento da comunicação, compreendida como uma *troca* (de sentido), porque ela está investida de propriedades semânticas e porque ela funciona como uma máquina de produzir sentido. Essa *troca* não se dá de forma simétrica ou igual; ao contrário, ao passar pelo crivo do interlocutor, esse não o faz passivamente, ele recebe algo, dado o *semantismo social*, mas não de modo homogêneo ou total. Há, portanto, um desequilíbrio constitutivo.

<sup>20</sup> Benveniste (1966 [1963], p.25) propõe o conceito de *realidade imaginária* para lidar com a *re-produção* do real por meio da linguagem em ação (discurso, portanto). Assim, podemos dizer que a realidade social seja algo que se atinge a partir do cruzamento das realidades imaginárias. Ou seja, a realidade social seria aquilo que é socializado, no sentido de (com)partilhável, na intersecção das realidades imaginárias.

<sup>21</sup> Essa (trans)formação significa um deslocar-se do lugar de *ele*, objeto de discurso, para o lugar de *tu*, interlocutor e, por conseguinte, participante da relação discursiva.